

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Com oferta única, Equatorial leva distribuidora de Alagoas.....	2
Título: Corte de subsídios reduzirá conta de luz em 0,5% por ano.....	3
Título: Petrobras poderá manter preço do diesel por 7 dias	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: ANP vai induzir blocos terrestres em oferta permanente	5
Título: Sem distribuidoras, Eletrobras se livra de R\$ 9 bi em passivos.....	6
Título: Privatização marca esgotamento da era do clientelismo.....	8
Título: Diesel nas refinarias pode subir R\$ 0,06 com fim do subsídio.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Enchimento fracionado: um palpite infeliz.....	11
Título: União perde R\$ 7 bi com atraso de leilão do pré-sal	13
Título: Equatorial Energia vence leilão da Ceal.....	14

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/12/2018****Seção: Economia****Autor: CLEIDE CARVALHO SÃO PAULO****Título: Com oferta única, Equatorial leva distribuidora de Alagoas**

Em leilão, Eletrobras vende a última concessionária de energia, evitando liquidação que custaria R\$ 21 bilhões, mas assumiu R\$ 8,5 bi em dívidas

A Equatorial Energia comprou ontem a Companhia Energética de Alagoas (Ceal), subsidiária da Eletrobras responsável pela distribuição de energia naquele estado, em leilão realizado na Bolsa de São Paulo, a B3. Foi a única a fazer proposta pela companhia, com deságio zero na tarifa e pelo preço mínimo de R\$ 50 mil.

A companhia foi a última das seis distribuidoras da Eletrobras a ser repassada para a iniciativa privada. Em 2015, as concessões foram encerradas e, em 2016, as empresas passaram a atuar apenas como prestadoras de serviço designadas. Para viabilizar a venda das empresas — algumas chegaram a ser suspensas pela Justiça —, a Eletrobras investiu R\$ 11,2 bilhões em ajustes e assumiu direitos e obrigações que somam R\$ 8,5 bilhões.

Já haviam sido leiloadas este ano as distribuidoras do Piauí (Cepisa), Acre (Eletroacre), Amazonas (Amazonas Energia), Rondônia (Ceron) e Roraima (Boa Vista). Válidos por 30 anos, os contratos de concessão começaram a ser assinados em outubro e todos devem estar concluídos até março de 2019. Segundo a estatal, as empresas seriam liquidadas a um custo de R\$ 21 bilhões se a desestatização não fosse concluída até o fim deste ano.

As seis distribuidoras atendem 13,6 milhões de habitantes em seis estados e os novos concessionários se comprometeram a investir R\$ 6,5 bilhões nos próximos anos em melhoria de serviços. O aporte de capital nas empresas soma R\$ 2,4 bilhões.

FORA DA DISTRIBUIÇÃO

A Equatorial já distribui energia no Maranhão e no Pará, por meio de Cemar e Celpa. Em outubro, assumiu a Cepisa, concessionária do Piauí, em outro leilão da Eletrobras.

O Ministro Das Minas E Energia, Moreira Franco, disse que a venda das distribuidoras foi difícil, mas abre espaço para um sistema "que não seja tão soviético, como o fundado em empresas públicas". Wilson Ferreira Jr.,

presidente da Eletrobras, afirmou que a venda da Ceal marca a saída definitiva da estatal da área de distribuição para focar em geração e transmissão. Para o especialista Célio Bermann, da USP, o maior desafio das concessionárias será manter o serviço em áreas de baixa renda.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/12/2018

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E RAMONA ORDOÑEZ BRASÍLIA E RIO

Título: Corte de subsídios reduzirá conta de luz em 0,5% por ano

Eliminação total de encargos divididos por todos os consumidores será alcançada em cinco anos

A conta de subsídios paga por todos os consumidores na tarifa de energia elétrica foi reduzida por um decreto editado ontem pelo presidente Michel Temer. O texto elimina, gradualmente, descontos para consumidores rurais e companhias de água, esgoto e saneamento, que somam R\$ 4,2 bilhões por ano e são compensados por encargos em todas as outras contas de luz na chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A partir de janeiro de 2019, os benefícios serão reduzidos em 20% ao ano até a sua extinção em cinco anos. O diretor-geral da Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, afirmou que o decreto representará uma redução total de 2,5% nas contas de luz até 2023, 0,5% por ano. A estimativa é parecida com a da Thymos energia, que calcula uma redução entre 0,4% a 0,6% por ano no mesmo período.

Segundo Anton Schwyter, especialista da consultoria, a previsão de arrecadação da CDE no próximo ano é de R\$ 20,6 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões para áreas rurais, serviços de água e de saneamento e esgoto. A redução dos subsídios para esses setores resultarão numa redução de cerca de R\$ 540 milhões por ano na conta dividida pelos consumidores.

— A conta de energia virou um recipiente de várias formas para se arrecadar recursos estaduais, municipais e federais. O custo de geração não é tão alto, mas com os impostos e os encargos, que representam quase 40% do valor total, a conta de luz no país é uma das mais caras do mundo — diz Schwyter.

O decreto acaba ainda com a cumulatividade de descontos tarifários concedidos para irrigação e aquicultura na área rural. Hoje, um mesmo beneficiário pode ter acesso aos dois benefícios no mesmo tempo. A Aneel definiu que, em 2019, os consumidores pagarão R\$ 17,2 bilhões nas contas de luz para cobrir os custos

com subsídios do setor elétrico, entre eles os que serão eliminados com o decreto de Temer.

— Esse decreto vai na linha de, paulatinamente, reduzir os subsídios e caminhar na racionalização e na modicidade tarifária — disse Pepitone.

BANDEIRA VERDE

A Aneel vai aplicar a bandeira tarifária verde nas contas de luz de janeiro, repetindo a de dezembro. Isso significa que não haverá taxa extra no início de 2019. As bandeiras verde, amarela e vermelha, refletem os custos da geração de energia. Quando chove menos e há redução dos reservatórios das hidrelétricas, é preciso acionar usinas térmicas. O custo extra é dividido entre todos os consumidores por meio das bandeiras amarela e vermelha. Com o início do período chuvoso, vigora a bandeira verde, mas o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê chuvas abaixo do normal em janeiro nos reservatórios do Sul, Sudeste e Nordeste.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/12/2018

Seção: Economia

Autor: MARTHA BECK E RAMONA ORDOÑEZ BRASÍLIA E RIO

Título: Petrobras poderá manter preço do diesel por 7 dias

A poucos dias do fim da política de subsídios, em 31 de dezembro, diretoria da estatal aprova um mecanismo similar ao já usado na gasolina que permite reduzir oscilações a partir de 2019. Litro do combustível deve subir R\$ 0,06 em janeiro

Às vésperas do fim do programa de subsídio ao óleo diesel, estabelecido em maio pelo governo para encerrar a greve dos caminhoneiros, a Petrobras anunciou ontem a criação de um mecanismo para estabilizar os preços do combustível nas refinarias por até sete dias. A solução, facilitada pela queda do preço do petróleo, foi acertada com a equipe de transição, embora o plano do novo governo seja ir além. Pretende criar um mecanismo de amortecimento da alta do petróleo no mercado internacional.

Segundo estimativas do especialista Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), o aumento do diesel com o fim do subsídio será da ordem de R\$ 0,06 por litro, cerca de 3,3% em relação aos 1,808 cobrados em média hoje nas refinarias. O impacto será pequeno devido à baixa do preço internacional do barril, atualmente em torno de US\$ 50.

O mecanismo aprovado pela diretoria da Petrobras poucos dias antes do fim da política de subsídios ao diesel, em 31 de dezembro, é similar ao já adotado pela estatal para a gasolina, que estabiliza o preço em até 15 dias. Por meio de um hedge com contratos futuros de câmbio e combustível nos EUA, a estatal pode manter a cotação do produto estável nas refinarias por um período determinado. No entanto, informou a Petrobras, fica preservada a política de repassar aos preços dos combustíveis as oscilações do câmbio e do mercado internacional.

"A Petrobras escolherá os momentos em que aplicará o instrumento, considerando a análise de conjuntura, em cenários de elevada volatilidade do mercado. Não há, portanto, previsão de aplicação imediata e automática", frisou a empresa em comunicado.

NOVO GOVERNO APROVA

A criação de um mecanismo para estabilizar os preços do diesel está em linha com o que defende a equipe econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Segundo interlocutores da equipe de transição, o novo mecanismo é o primeiro passo de uma solução estrutural que está sendo costurada para evitar a flutuação excessiva nos preços dos combustíveis no país —e dessa forma evitar protestos de caminhoneiros e queixas de motoristas. O assunto é tratado por técnicos do atual e do novo governo.

O segundo passo da estratégia seria a criação de um "colchão" para amortecer o impacto das oscilações nos preços do petróleo internacional no mercado doméstico. Uma das ideias é utilizar um tributo regulatório, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que subiria quando o petróleo cair e baixaria quando a cotação internacional ficar maior.

— Essa medida (anunciada pela Petrobras) é um primeiro passo, mas não resolve a questão dos preços de forma estrutural. Enquanto não tiver um colchão e maior concorrência no setor, não há solução — disse uma fonte.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/12/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: ANP vai incluir blocos terrestres em oferta permanente

A ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) informou nesta sexta-feira (28) que todas as áreas terrestres para exploração, inclusive novos blocos, serão ofertadas ao mercado no Brasil por meio de oferta permanente, não havendo mais leilão convencional de concessão para áreas em terra.

A definição ocorre após o governo federal delegar à agência reguladora a definição de blocos em bacias terrestres a serem objeto de licitação, sob regime de concessão, na oferta permanente, segundo publicação no Diário Oficial da União nesta sexta.

Até então, resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) somente autorizava a inclusão de áreas devolvidas ou já licitadas na oferta permanente. A matéria foi aprovada pelo CNPE em 11 de setembro.

O objetivo da medida, segundo a ANP, é atrair investimentos para as bacias maduras, desenvolver a indústria terrestre com o incentivo à participação das pequenas e médias empresas, além de estimular as atividades exploratórias nas bacias terrestres.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Sem distribuidoras, Eletrobras se livra de R\$ 9 bi em passivos

Ciclo de reestruturação da estatal termina com venda de distribuidora alagoana

São Paulo - A Eletrobras privatizou a última distribuidora de energia que restava sob o seu controle nesta sexta-feira (28). A Ceai, distribuidora de Alagoas, foi vendida ao grupo Equatorial energia, em um leilão realizado na sede da B3, em São Paulo.

A empresa, que já havia arrematado outra distribuidora, a Cepisa, no Piauí, foi a única a participar da concorrência e ofereceu o lance mínimo.

Ainda assim, o clima era de celebração na B3.

"A Eletrobras sai de forma definitiva do setor de distribuição para poder voltar a crescer. Isso é importante porque ela vai poder ter foco exatamente onde é relevante para o Brasil: ela tem 30% na geração [de energia do país], 50% da transmissão", afirmou o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, antes mesmo de o leilão começar.

A venda da Ceai encerra um capítulo importante na reestruturação da Eletrobras, que nos últimos dois anos se desfez de sete distribuidoras de energia, vendeu dezenas de participações em empreendimentos de geração e transmissão e reduziu seu quadro de funcionários quase pela metade —de 26 mil para menos de 14 mil.

A principal parte da reestruturação ocorreu nos últimos cinco meses, com a privatização de seis distribuidoras nos estados do Piauí, Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas e, agora, Alagoas.

Com essas vendas, a Eletrobras se livra de uma dívida total de R\$ 9,3 bilhões, assumida pelos compradores das empresas, e deixa de ter um rombo bilionário por ano —o prejuízo das distribuidoras da estatal em 2017 foi de R\$ 4,2 bilhões e, no ano anterior, de R\$ 7 bilhões.

Segundo Ferreira, ainda não é possível medir o nível de endividamento da estatal após a venda das empresas, mas até setembro deste ano a queda já era enorme. A alavancagem (relação entre dívida e geração de caixa) caiu de 8,8 vezes, em junho de 2016, para 3,3, índice próximo a uma marca considerada saudável, de menos de 3 vezes.

Além disso, a expectativa é que as distribuidoras, que estavam entre as piores avaliadas do país, melhorem consideravelmente a qualidade do atendimento, diz Ferreira.

Todas as distribuidoras foram vendidas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil. Em troca, as vencedoras se comprometeram a fazer investimentos somados de ao menos R\$ 6,5 bilhões e aumentos de capital de R\$ 2,4 bilhões nas seis distribuidoras.

Além disso, caso não fossem privatizadas, as empresas teriam que ser extintas, o que acarretaria um custo adicional de R\$ 21 bilhões.

O processo enfrentou dura resistência por parte dos sindicatos de funcionários da Eletrobras e de políticos, inclusive do partido do governo de Michel Temer (MDB-RJ).

Historicamente, a Eletrobras esteve sob a influência do MDB, que fazia indicações de cargos nas distribuidoras.

Essa resistência política, agravada pelo calendário eleitoral de 2018, ficou clara durante as difíceis votações, pelo Congresso Nacional, de projetos de lei e medidas provisórias que buscavam facilitar a privatização das distribuidoras da estatal.

Os sindicatos também tentaram impedir a privatização das empresas com diversas ações judiciais, que geraram mais de 50 liminares —todas revertidas pelo governo.

No caso da distribuidora de Alagoas, houve ainda outro entrave que atrasou o leilão: um imbróglio jurídico com o governo de Alagoas que, em junho deste

ano, levou a uma liminar do STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu a venda. A decisão foi derrubada em novembro, dando aval ao certame.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/12/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Privatização marca esgotamento da era do clientelismo

Análise - Paulo Pedrosa

A privatização da Ceai (Companhia Energética de Alagoas) encerra o ciclo de venda das seis distribuidoras da Eletrobras. Mais suportada pelo pragmatismo do que pela ideologia, ela marca o esgotamento de uma era e ilustra uma gigantesca e inevitável transformação do país.

O setor de energia foi costumeiramente usado como um instrumento opaco de transferência de renda. Por meio de dezenas de mecanismos, serviu a interesses opostos aos da sociedade, promovendo privilégios com subsídios, reservas de mercado e proteção de ineficiências, sempre pagos por contribuintes e consumidores.

Refém de alianças políticas e econômicas grandiosas, que influíram no marco legal do setor com objetivos clientelistas, o setor foi a base para o financiamento da perpetuação de um projeto de poder, fazendo da energia elétrica brasileira uma das mais caras e de maior carga tributária do mundo.

As distribuidoras federalizadas foram ao longo de 20 anos sendo incorporadas à Eletrobras e produziram prejuízos acumulados de mais de duas dezenas de bilhões de reais, prestaram serviço de qualidade baixa e permitiram o aumento descontrolado do furto de energia.

Investiram muito aquém do necessário e limitaram o desenvolvimento de suas regiões. Mesmo programas públicos subsidiados, como o Luz Para Todos, foram conduzidos de forma ineficiente. Fizeram as tarifas de todos aumentarem, por demandarem recursos de subsídios e por contaminarem as referências da Aneel (Agência Nacional de energiaElétrica) para definir as tarifas.

Enquanto isso a gestão dessas empresas não era orientada ao serviço, aos consumidores e aos acionistas, mas a interesses locais e corporativistas que destruíram o valor das companhias, da Eletrobras e do patrimônio público.

Mas o avanço geral se impôs, e as vacinas que o país vem desenvolvendo atuaram para reverter o processo.

De um lado, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos impediram que o problema fosse perpetuado com aportes públicos. De outro o poder dos investidores minoritários da Eletrobras, as regras de governança e a qualidade dos administradores fizeram que a empresa não aceitasse mais conviver com prejuízos da ordem de R\$ 4 bilhões anuais, preferindo assumir e estancar suas perdas.

Com destaque para os **Ministérios de Minas e energia**, Fazenda e Planejamento, o conjunto de instituições do país atuou em movimentos que levaram ao desdobramento atual com destaque para a Aneel, CVM (Comissão de Valores Mobiliários), PPI (Programa de Participações de Investimentos) e TCU (Tribunal de Contas da União), mas sem desprezar o papel da imprensa e de outras instituições que, em paralelo, atuavam para enfraquecer e desarticular segmentos que se oporiam às mudanças.

O modelo adotado permitiu a venda por licitação do controle acionário das empresas pela Eletrobras associada à outorga pela União de uma nova concessão de distribuição, por 30 anos, cumprindo o comando da Constituição.

Essa solução foi detalhada para atender aos consumidores locais, com a oferta vencedora sendo a de maior deságio na tarifa.

A medida provisória que suportou esse modelo, melhor do que qualquer outra, refletiu o conflito entre o velho e o novo. Dezenas de emendas que perpetuavam e promoviam privilégios foram derrubadas na tramitação, e ela mereceu 17 vetos presidenciais.

Mas a privatização não é só uma vitória da Eletrobras e dos consumidores. Também representa avanço no ambiente de investimento no país e, em especial, de nosso ecossistema político, com a redução de instrumentos que desequilibravam seu jogo.

O próximo passo em favor da sociedade é a desestatização da Eletrobras. Apesar dos excelentes resultados de sua gestão recente, a empresa, com as amarras estatais, não é capaz de sustentar custos menores do que as receitas nos segmentos regulados e não é competitiva na expansão da geração e da transmissão. Além disso, seu acionista controlador não tem capital para aportar para novos investimentos.

O novo ambiente institucional do país se imporá, as pautas corporativistas, clientelistas e de atraso serão inviáveis, e tornarão cada vez mais arriscados os movimentos para retomar o poder na Eletrobras. Esse cenário nos dá confiança no futuro do setor elétrico. Nos faz acreditar e nos dá confiança no futuro do país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 29/12/2018**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Diesel nas refinarias pode subir R\$ 0,06 com fim do subsídio

Rio de Janeiro - O preço do diesel nas refinarias pode subir em média R\$ 0,06 por litro, ou 3,3%, a partir do dia 1º de janeiro, quando termina o programa de subvenção federal criado em maio para encerrar a paralisação dos caminhoneiros.

Nesta sexta-feira (28), a Petrobras informou que adotará para o diesel o mesmo sistema de proteção para evitar reajustes diários vigente no caso da gasolina desde setembro.

O programa de subvenção, que garante ressarcimento de até R\$ 0,30 por litro a empresas que se comprometerem a vender diesel por preço tabelado pelo governo, se encerra no próximo dia 31.

O mercado temia alta abrupta do preço de refinaria com o fim do subsídio, mas a queda do petróleo no mercado internacional ajudou a conter o reajuste.

O subsídio se baseia em um preço de referência calculado pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) com base nas cotações internacionais, que simula qual seria o valor de venda se o mercado estivesse liberado.

Para os próximos três dias, o preço de referência para a região Sudeste, por exemplo, é R\$ 1,9067 por litro, quase R\$ 0,25 abaixo do valor estabelecido no início da fase atual do programa.

Isso significa que o subsídio, nesse período, será de apenas R\$0,0543 por litro.

A Abicom (associação que representa as importadoras) e o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura) calculam que, se a Petrobras mantiver a paridade de importação ao fim do programa, o reajuste médio em suas refinarias será de R\$ 0,06 por litro.

Considerando que o produto representa quase metade do preço final do diesel nas bombas —o restante são impostos, margens e biodiesel—, o repasse ao consumidor seria de até R\$ 0,03.

A Petrobras, porém, pode optar por não fazer todo o reajuste no início de janeiro.

Nesta sexta, a companhia informou que praticará também para o diesel a chamada "política de hedge", que consiste no uso de instrumentos financeiros de proteção para segurar altas de preços dos combustíveis.

O modelo foi adotado para a gasolina em setembro, reduzindo a frequência de reajustes nas refinarias e também as críticas de consumidores e políticos contra aumentos diários.

Com a compra e venda de contratos futuros de câmbio e combustíveis para se proteger das flutuações, a estatal poderia segurar os repasses na gasolina por até 15 dias.

No caso do diesel, a cotação do produto poderá ser mantida estável nas refinarias por um período de até sete dias.

Segundo a estatal, o novo sistema tem o objetivo de evitar repasses em períodos de forte oscilação nas cotações internacionais e do câmbio.

"A companhia entende ser importante conciliar seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral", disse a petroleira, em nota.

O governo Michel Temer separou R\$ 9,5 bilhões para garantir o subsídio ao preço do diesel, mas, como o petróleo caiu desde o início do programa, a tendência é que sobre dinheiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/12/2018

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Enchimento fracionado: um palpite infeliz

Por iniciativa da Agência Nacional do petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foi posta em debate uma proposta visando a reduzir o preço do botijão de gás (GLP) por meio do enchimento fracionado. Chega a ser surreal ver uma ideia como esta, que não resiste às questões mais básicas de viabilidade e eficácia, sendo promovida pela própria agência reguladora que estabelece as regras de funcionamento deste setor e que vem desenvolvendo há duas décadas um marco regulatório que se tornou referência mundial.

Numa Tomada Pública de Contribuições, aberta à sociedade, a ANP pergunta sobre "as vantagens esperadas do enchimento fracionado de recipientes transportáveis de GLP em relação ao cenário atual". À primeira vista, pode parecer bem prático: o consumidor leva seu botijão vazio a um posto de

enchimento próximo de casa, diz quantos quilos quer, o vendedor injeta o produto e ele leva de volta o botijão para sua casa.

Vamos rever a cena, quadro a quadro. Como ele transporta o botijão e como traz de volta? De carro? De ônibus? Nem pensar. De bicicleta, moto, lombo de burro? Qualquer dessas opções terá seu custo e seu risco. Outro detalhe importante: onde fica a revenda fracionada? É impensável que um produto como o GLP obtenha autorização do município e do Corpo de Bombeiros para ser envasado numa loja em rua residencial ou num caminhão estacionado na pracinha do bairro.

Existem normas minuciosas, do Inmetro e da ABNT, para as instalações de envasamento de GLP, que devem ser construídas especialmente para essa atividade, em áreas não residenciais, com inúmeros requisitos de segurança e mantendo distância da rua. O processo industrial de enchimento é regido por normas de segurança que estabelecem procedimentos detalhados para cada etapa da sequência de atividades envolvendo esse combustível, inclusive os cuidados com o transporte, o enchimento, o armazenamento e a reutilização dos recipientes. E a manutenção dos vasilhames?

São mais de 118 milhões de botijões circulando em todo o País, o que obriga as empresas distribuidoras a investirem cerca de R\$ 700 milhões por ano para mantê-los em bom estado, inclusive sucateando anualmente mais de 700 mil deles e substituindo os por novas unidades. O botijão é seguro porque recebe manutenção adequada, mas esse sistema vai ser impossível se o consumidor encher seu botijão no posto. Sem a responsabilização da marca, que existe nos botijões envasados em centrais de distribuição, toda a garantia de segurança ao consumidor se perde. Mas o motivo que me trouxe a estes comentários é o aspecto econômico.

Em todo o País existem só 184 centrais de envasilhamento de GLP, e o motivo é simples: economia de escala. Mesmo com os custos de transporte para estes locais, envasar milhares de botijões em poucos minutos é mais barato, seguro e eficaz que encher poucas unidades em milhares de locais. É absurdo pensar que o enchimento fracionado seria vantajoso para o consumidor. Se ele quiser colocar uma quantidade menor do que cabe no botijão, vai pagar por quilo um valor mais alto do que pagaria no botijão cheio, previamente envasado.

Por falta de escala, o quilo do gás chegaria mais caro às bases de enchimento fracionado. Consequentemente, as empresas que apostassem nesse tipo de enchimento só teriam um jeito de lucrar: roubando no peso. Os botijões vazios têm pesos variáveis e seria difícil para o consumidor, principalmente nas regiões mais carentes, conferir se está levando exatamente a quantidade por que pagou, e seria inviável ter fiscais o tempo todo em cada local de enchimento.

É assim que se quer resolver os problemas dos menos favorecidos? Oferecendo falsas soluções, em que eles gastam mais, ficam expostos ao risco de graves acidentes envolvendo toda a sua família e não têm garantia de segurança? Para tornar o botijão (GLP) mais acessível à população de baixa renda, com segurança, o caminho não é a intervenção, e sim uma política liberal com fraternidade. Sugiro duas soluções: revisão da carga tributária estadual, que hoje é de 12% a 18%, e/ou criação de um vale-gás.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/12/2018

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: União perde R\$ 7 bi com atraso de leilão do pré-sal

Cálculo das perdas anuais é do coordenador adjunto do grupo técnico de Minas e Energia na transição de governo

O governo deixa de arrecadar R\$ 7 bilhões a cada ano de atraso no megaleilão de petróleo do pré-sal, afirmou ao Estadão/ Broadcast o professor da UnB Paulo Coutinho, coordenador adjunto do grupo técnico de Minas e Energia na transição de governo. Segundo ele, o futuro ministro da área, almirante Bento Costa Lima Leite, levará em conta essa perda para decidir se o melhor é levar adiante a atual negociação com a Petrobrás e destravar logo a venda do excedente de petróleo nessas áreas, ou se vale a pena recomeçar a negociação do zero.

O governo precisa renegociar os termos do contrato firmado com a Petrobrás em 2010 para explorar 5 bilhões de barris nas áreas da chamada "cessão onerosa", no pré-sal, para poder fazer o leilão do petróleo excedente que existe na região. À época, a empresa pagou à União R\$ 74,8 bilhões pelos direitos de exploração, mas o atual **Ministro De Minas E Energia, Moreira Franco**, já sinalizou que o governo precisará devolver recursos nessa repactuação.

A avaliação do grupo técnico, porém, é que alguns parâmetros usados na renegociação são "muito favoráveis" à Petrobrás. Por exemplo, a escolha de um momento de baixa do petróleo como referência para o preço do barril. "Nos concentramos mais na questão dos valores que a Petrobrás estaria recebendo, se seriam adequados ou superavaliados", disse Coutinho.

Algumas avaliações preliminares indicam que a Petrobrás deveria receber cerca de R\$ 40 bilhões de volta do governo, de um total de R\$ 100 bilhões que a União deve lucrar com o bônus de assinatura dos novos leilões. O grupo técnico

acredita que esse valor pode estar superavaliado, mas ao mesmo tempo analisa as perdas potenciais para o governo de tentar rever a negociação, caminho que atrasaria ainda mais o novo leilão. "É uma questão de o ministro decidir se vale a pena recomençar a negociação ou deixar como está. Ficou para os ministros decidirem", afirmou o professor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/12/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Equatorial Energia vence leilão da Ceal

A Equatorial energia arrematou na tarde de ontem a distribuidora de energia Ceal, controlada pela Eletrobrás. O grupo foi o único a ofertar uma proposta pela distribuidora alagoana. Como não houve outros participantes, o deságio inicial estabelecido no edital de 45,47% é o que será aplicado às flexibilizações tarifárias após o novo concessionário assumir a empresa. Ao levar a distribuidora, a Equatorial se compromete a realizar um aumento de capital de R\$ 545,77 milhões na Ceal.

O valor do aporte é o segundo maior entre os estabelecidos para as seis distribuidoras vendidas pela Eletrobrás, ficando atrás apenas do exigido na Cepisa (R\$ 721 milhões), também arrematada pela Equatorial. A Equatorial assumirá ainda um passivo de R\$ 1,8 bilhão, informou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela organização do certame.

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, comemorou a saída da estatal do segmento de distribuição. A privatização das seis empresas ao longo deste ano "tirou um peso" da Eletrobrás, que agora poderá focar nos segmentos em que a companhia tem relevância ao País e maior capacidade de engenharia e tecnologia, destacou o executivo. /LETÍCIA FUCUCHIMA, COM REUTERS

MME / ASCOM .